A FORMAÇÃO DO PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Mayara Aparecida Pereira Menezes¹, Augusta Boa Sorte O. Klebis², Raimunda Abou Gebran³

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. ¹Curso de Pedagogia, Presidente Prudente – SP. ²Curso de Pedagogia, Presidente Prudente – SP. ³Mestrado em Educação, Presidente Prudente – SP. E-mail: mayara_pmenezes@hotmail.com.br Apoio: PIBIC/CNPq/UNOESTE

RESUMO

O presente artigo se refere a parte inicial de uma pesquisa intitulada “A formação do Professor Licenciado em Pedagogia: proposições, concepções e ações para a profissionalização docente”, com apoio do PIBIC/CNPq/UNOESTE, que tem por objetivo analisar e compreender as proposições, concepções e ações que norteiam a formação do professor licenciado em Pedagogia com vistas a sua profissionalização docente. A pesquisa se justifica pela necessidade de reflexão sobre a formação dos docentes e sua posterior atuação, no sentido de apontar os avanços e as limitações desse processo, com vistas a sua redimensão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja opção metodológica de abordagem qualitativa, nesse primeiro momento, se apoia na revisão da literatura e na análise documental que enfoca a trajetória histórica do curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como alguns aspectos legais fundamentais para que se compreenda a sua configuração como o *locus* de formação para a docência e demais profissionais da educação.

Palavras-chave: Curso de Licenciatura em Pedagogia. Educação no Brasil. Formação Docente.

TRAINING OF TEACHERS LICENCIATED IN PEDAGOGY: HISTORICAL TRAJECTORY

ABSTRACT

This article refers to the initial part of a study entitled "The training of the Pedagogy Licentiate Teacher: propositions, concepts and actions to the professionalization of the teachers" with the support of PIBIC / CNPq / UNOESTE, which aims to analyze and understand the propositions, conceptions and actions that guide teacher's education from a professionalization perspective. The research is justified by the need of a reflexion upon the teachers' training and their subsequent performance, to pointing out the advances and limitations of this process, and resizing it. It consists of a literature research whose methodological choice of a qualitative approach, for this first moment, relies on a literary review and documentary analysis that focuses on the historical trajectory of the Bachelor's and Licentiate Degree in Pedagogy as well as some fundamental legal points to which understand its configuration as the locus of training for teachers and other education professionals.

Keywords: Licentiate Degree in Pedagogy. Education in Brazil. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil passa por profundas mudanças, talvez não tantas quanto as necessárias ao atendimento das exigências impostas pela atual sociedade, mas, sem dúvida significativas, uma vez que a profissionalização da docência se constitui em uma das problemáticas centrais presentes nas reformas educacionais. Essa preocupação tem sido objeto de inúmeras reflexões críticas por parte de pesquisadores e consta dos documentos da política educacional brasileira, em razão dos questionamentos a respeito da baixa qualidade de ensino que afeta a todos nós e ao país.

Nesse sentido, a formação do professor no curso de Graduação em Pedagogia também se modifica, seja por força das políticas públicas, seja por exigências da própria educação básica e mesmo da sociedade. O professor, como educador, ao assumir a profissão docente tem diante de si uma sociedade extremamente complexa, permeada de desigualdades e contradições o que torna relevante o seu trabalho considerando os problemas sociais que se desencadeiam nesse processo.

Sem dúvida, analisar e repensar a formação e a ação docente é um desafio cotidiano, principalmente quando se almeja formar um profissional cidadão, consciente, crítico, ético, criativo e atuante na sociedade, compreendendo-a em seu movimento e dinâmica e atuando para a transformação qualitativa da mesma.

Nesse sentido, a relevância dessa pesquisa se justifica pela necessidade de reflexão sobre a formação dos docentes e sua posterior atuação, de forma a apontar os avanços e as limitações desse processo, com vistas a sua redimensão.

Portanto, uma questão fundamental se coloca nesse primeiro momento: como o curso de Pedagogia se configurou como o *locus* de formação para a docência e dos demais profissionais da educação. Assim, o objetivo da pesquisa centra-se em analisar e refletir sobre a trajetória histórica do curso de Pedagogia, pautando-se, mais especificamente, na análise da legislação que permeou esse processo.

METODOLOGIA

Para o seu desenvolvimento optou-se pela análise documental uma vez que se constitui em uma importante metodologia na pesquisa qualitativa para complementar informações obtidas por outras técnicas, bem como desvelar novos aspectos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Para essa análise foram selecionados alguns documentos oficiais, considerando a

sua importância e especificidade para a compreensão do tema em questão: a trajetória do curso de pedagogia e sua configuração como *locus* de formação docente. É importante ainda ressaltar que a pesquisa documental compreende um novo olhar, uma releitura, sobre os documentos selecionados, dentre os quais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394, de 20/12/1996 e a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia; o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

Assumi também importância a pesquisa bibliográfica ao buscar incursionar na produção literária de autores diversos que abordam a formação docente e sua complexidade.

CURSO DE PEDAGOGIA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

O curso de Pedagogia foi implantado, no Brasil, em 1939, com o Decreto-lei nº 1.190 e tinha como preocupação a formação de docentes para o ensino secundário. A sua organização, no conhecido esquema “3 + 1”, previa a formação de bacharel em Pedagogia, também chamado de “técnico em educação”, nos três primeiros anos. No último ano, após cursar as disciplinas da área pedagógica é que era conferido ao acadêmico o diploma de licenciado, cujo campo de atuação era o curso normal (SCHEIBE e AGUIAR, 1999).

Desde que foi criado, o Curso de Pedagogia “foi alvo e motivo de embates entre legisladores, pedagogos, profissionais de áreas correlatas, associações e movimentos de educadores e instituições formadoras” (SILVA apud MASSIAS, p. 10, 2007), com vistas a delimitar a área de atuação profissional pedagogo, ou seja, definir suas atribuições e funções, bem como a estrutura dos cursos formadores.

Nesse sentido, convém frisar que formação superior do professor primário, ou seja, do professor para atuar nas séries iniciais, era um desejo de Anísio Teixeira, que já evidenciava uma concepção ideal de formação docente em uma época em que um grande número de professores era de leigos (BRZEZINSKI, 1999). No entanto, vimos que o curso de Pedagogia ao ser criado em 1939 não assumiu essa responsabilidade.

Em 1961, com a promulgação da nossa primeira LDBEN, Lei 4.024/61, o curso foi modificado com a manutenção do bacharelado (parecer CFE 251/62) para a formação de pedagogo e surgimento da regulamentação das licenciaturas (parecer CFE 292/62), que, embora de visão “generalista”, introduziu várias modificações no curso.

É importante ressaltar que o decreto lei 53/66, no parágrafo único do artigo 3º, atribui às universidades federais a formação de especialistas em educação. Em seu artigo 30, a Lei 5.540/68

definia o pedagogo como profissional voltado ao trabalho de planejamento administrativo, inspeção, supervisão e orientação nas escolas, provocando mudanças nos cursos de formação de professores.

Mas, foi com o parecer CFE 252/69 que se aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura, mantendo-se a formação de especialistas nas várias habilitações. Segundo Libâneo e Pimenta (1999, p. 244), com suporte nas idéias de formar o especialista no professor, a legislação em vigor estabelece ao egresso do curso de pedagogia o título de licenciado. Nesse período, o curso de Pedagogia era ministrado em curta (1.200 horas) e plena duração (2.200 horas). Seu currículo era dividido em uma base comum, com disciplinas consideradas básicas à formação do profissional para atuar em qualquer uma das áreas, e outra diversificada, de acordo com a habilitação escolhida. Assim, o curso passa a classificar a formação de pedagogo em seis habilitações de licenciatura plena e três de licenciatura curta, com o conhecimento sendo transmitido de forma superficial e em conteúdos pertinentes somente à atividade a ser desenvolvida no âmbito escolar.

Um ponto que gerou muito debate foi o fato da lei 5.540/68 não mencionar que o pedagogo poderia atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental (no antigo curso primário). Criou-se um impasse sobre a identidade do curso de Pedagogia, cujo debate chega aos nossos dias. A visão dicotômica entre formação docente e do especialista para atuar na gestão e organização dos sistemas de ensino foi largamente combatida por diversas entidades ligadas à educação.

LDBEN E A FORMAÇÃO DOCENTE

Com a aprovação da atual LDBEN/1996, fica estabelecido em seu artigo 62, apenas duas instituições para promover a formação dos profissionais da Educação Básica no Brasil: as universidades e os Institutos Superiores de Educação. O artigo 63 é dedicado aos Institutos Superiores de Educação, os quais são incumbidos de manter cursos de formação para profissionais da Educação Básica (inciso I), além dos programas de formação continuada para os diversos níveis (inciso III). Coloca ainda que são responsáveis por manter programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de outras áreas e que queiram se dedicar à Educação Básica (inciso II) (BRASIL, 1996). Este inciso institui, claramente, a função docente como “bico”. De forma intencional, as políticas educacionais corroboraram para o enfraquecimento e a desvalorização dos professores, bem como dos programas regulares de formação de professores (FREITAS, 2002).

Nesse contexto, os Institutos Superiores de Educação, de acordo com o artigo 62 da LDBEN e reforçado pelo parecer 115/99 do CNE (Conselho Nacional de Educação), configuram-se como o *locus* de formação docente.

Várias entidades, dentre as quais a ANFOPE- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, tecem críticas à legislação que ao implantar o modelo dos Institutos Superiores de Educação como paradigma para a formação dos professores descaracteriza as Universidades como um importante centro de formação desses profissionais. Estabelece assim uma preocupante separação entre a produção do conhecimento e a formação docente (ANFOPE, 2004).

DIRETRIZES NACIONAIS PARA CURSO DE PEDAGOGIA

Após a promulgação da LDBEN/96 o Curso de Pedagogia começa a ser discutido de forma mais intensa, especialmente no que diz respeito à formação e à profissionalização docente (MASSIAS, 2007).

A discussão e mobilização das entidades educacionais, em decorrência da crítica a alguns tópicos da LDB/96, repercutiram no cenário nacional, sobretudo devido às manifestações de entidades sobre essa questão. Muitas delas passaram a solicitar as mudanças na legislação por meio de documentos que foram enviados ao Governo Federal com propostas de reformulações, evidenciando os conflitos existentes entre os profissionais da mesma área, organizados em diversas entidades profissionais. (p.17, 2007)

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia resultaram, portanto, de um longo debate que envolveu os vários segmentos, entidades e organizações cuja preocupação, historicamente, sempre esteve comprometida com a qualidade da formação dos profissionais da educação. A problematização das diretrizes curriculares propiciou ampliar a compreensão da complexidade do campo da pedagogia e dos desafios teórico-práticos com que as instituições de ensino superior, em particular as universidades, se deparam para materializar a reforma do curso de pedagogia, na esteira das novas regulamentações legais e na perspectiva de uma formação cidadã (ANFOPE, 2004). Ela reflete as posições de ordem epistemológica, pedagógica e política presentes nos projetos educacionais em disputa, no Brasil, nas últimas décadas. Portanto, a sua aprovação gerou polêmica e propiciou um debate, que, acreditamos, de grande significado para que o Curso de Pedagogia caminhe em direção a qualidade desejada e necessária.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Em seu Artigo 4º determina a sua área de atuação profissional do pedagogo:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Em seu Artigo 14 esclarece que a Licenciatura em Pedagogia, assegura a formação de profissionais da educação, em conformidade com o art. 64 da LDBEN que define

Artigo 64 - A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação de pedagogia ou em nível de pós graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nessa formação, a base comum nacional.

Um aspecto que deve ser observado, diz respeito à redação do artigo 4º das Diretrizes que não deixa claro se a gestão é uma função para a qual o curso de pedagogia irá preparar o profissional ou se é apenas uma atividade inerente à função docente. O uso da palavra *participação* cria outro impasse na interpretação, uma vez que participar da gestão escolar deve ser um dos objetivos da função docente. Libâneo (2006) também alerta para o fato de que

Essa imprecisão conceitual quanto ao objeto de estudos da pedagogia leva a um entendimento genérico de atividade docente, tal como consta no parágrafo único do artigo 4º, em que toda e qualquer atividade profissional no campo da educação é enquadrada como atividade docente. [...] É de se notar a confusão que o texto provoca ao não diferenciar campos científicos, setores profissionais, área de atuação, ou seja, uma mínima divisão técnica do trabalho” (p. 846).

Não se pode discordar que a base docente é importante para a formação dos profissionais que atuarão nos processos de gestão, avaliação e planejamento da educação. Por outro lado, é preciso pensar como um curso de 3200 horas, que é a carga horária mínima estipulada para a Pedagogia, nas Diretrizes, dará conta de formar, com a qualidade necessária, o

docente e o gestor. Acrescenta-se ainda a esse fato que as Instituições de Ensino Superior no Brasil possuem realidades bem distintas, e que, nem sempre têm o compromisso com a qualidade do ensino que oferecem e muito menos com a pesquisa ou a extensão.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOCENTE

O atual PNE – Plano Nacional de Educação, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, tem sua aprovação após mais de três anos de tramitação de seu projeto de lei 8035/2010, com uma série de emendas oriundas das deliberações propostas na Conferência Nacional de Educação – CONAE-2010 e traz perspectivas concretas para a valorização dos profissionais da educação, que se configura como uma de suas diretrizes.

Nas vinte metas estabelecidas pelo PNE destaca-se a meta 13 que se propõe a elevar a qualidade da educação superior e, para tanto, tem com o uma das estratégias “promover a melhoria da qualidade dos cursos de Pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES [...]” (BRASIL, 2014), de forma a atender as demandas da educação básica. A meta 15 traz um ponto importante na valorização docente ao assegurar “que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o debate sobre a formação dos profissionais da educação, tanto os que atuam na docência, como na gestão escolar e da educação ou nas diversas áreas que envolvem os processos pedagógicos, deve continuar. Nesse sentido, as Conferências Nacionais de Educação- CONAE-2010 e CONAE-2014, com o tema “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”, têm se mostrado um espaço significativo de participação das diversas entidades ligadas à educação, associações, sindicatos, universidades, conselhos, bem como representantes dos vários segmentos das escolas públicas e privadas. Não podemos cruzar os braços diante da necessidade de caminharmos para uma formação docente que atenda aos desafios da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **XII Encontro Nacional da ANFOPE** Políticas Públicas de Formação dos Profissionais da Educação: Desafios para as Instituições de Ensino Superior. Brasília, 2004. (Documento Final).

BRASIL. Decreto-Lei no. 53/66 de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66> Acesso em: 12/08/2015

BRASIL. Lei nº 4024/61 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: MEC, 1961.

_____. Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, n. 231 de 29/11/1968. Brasília, DF, 1968.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96. Brasília/DF:MEC, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº. 01 de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2014.

_____. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14> Acesso em: 04/08/2014.

BRZEZINSKI, Iria. Embates na definição da política de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa PELO poder? In: In: **Educação & Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Formação de Profissionais da Educação Políticas e Tendências. Campinas: Cedes, nº 68, 1999, pp. 80-108.

FREITAS, Helena C. Lopes. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre Projetos de Formação. Educação e Sociedade. In: **Educação & Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Políticas Públicas para a Educação: Olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002.. Campinas: Cedes, nº 80, pp. 137-168., 2002.

PIMENTA, Selma G. Formação de Profissionais da Educação: visão crítica e perspectiva de mudança. In: **Educação & Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Formação de Profissionais da Educação Políticas e Tendências. Campinas: Cedes, nº 68, 1999, pp. 239-277.

LIBANEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101. Acesso em: 20/07/2014.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MASSIAS, Simone Carvalho. **As propostas da associação nacional pela formação dos profissionais da educação (ANFOPE) para a definição do curso de pedagogia no Brasil (1990– 2006)**. 2007. 155. Dissertação de Mestrado – PUC. São Paulo.
Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5300 Acesso em: 14 de Agosto de 2014.

SCHEIBE, Leda e AGUIAR, Márcia. Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de Pedagogia em questão. In: **Educação & Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Formação de Profissionais da Educação Políticas e Tendências. Campinas: Cedes, 1999, nº 68, pp.220-238.